

O IGREJISMO COMO BASE DO CASA-GRANDISMO

Wallace dos Santos de Moraes

Professor Associado do Departamento de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) e História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Pesquisador membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT/PPED). É editor da Revista Estudos Libertários da UFRJ e líder dos grupos de pesquisas CPDEL (Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias) e OTAL (Observatório do Trabalho na América Latina) ambos da UFRJ e do CNPq. É membro da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), da RIFP (Red Iberoamericana de Filosofia Política) e do Grupo de Pesquisa Direitos Básicos, Justiça Social e Políticas Públicas (CNPq).

John Hawkins foi o primeiro inglês a entrar no comércio de negros africanos no século XVI. Segundo Huberman (1986, p. 161/62), a ‘boa rainha’ Bess achou tão excelente a ideia desse assassino e raptor que o fez cavalheiro após sua segunda expedição negreira. Assim, o brasão de Hawkins era representado por um negro em cadeias. A rainha inglesa, representante de Deus na Terra, impressionou-se tanto com os lucros de Hawkins com o comércio de negros que lhe aprestou um navio negreiro cujo nome era “Jesus”.

Esse é um simples exemplo da conexão entre colonialismo, escravidão negra, *plantation* e igrejismo. Esse mecanismo constitui-se como base da acumulação primitiva de capital que desencadearia na expansão do capitalismo pelo mundo. É óbvio que o liberalismo militarista e o liberalismo econômico estavam juntos nessa empreitada.

De acordo com Freud (1974), em função da relação do ego, superego, neurose e sentimento de culpa, na busca pela felicidade, ocorre a necessidade do ópio em suas diversas manifestações para superar os problemas da vida humana. Desta forma, se explica a infelicidade ou busca pela felicidade momentânea, expressada por dois modos, a saber, a religião e a intoxicação. Em psicanálise, ambos não são bons por tratarem de dependência.

Do ponto de vista histórico, há séculos as igrejas travam uma luta encarniçada contra a ciência. Elas disputam sobre o surgimento do universo, do homem na Terra, da cura para as doenças, dos remédios, das soluções cotidianas

para todos. Por um lado, está a crença metafísica em algo superior capaz de resolver nossos problemas habituais. Do outro, está a pesquisa, o experimento, o estudo na busca por soluções. Esses aspectos opõem um saber racional X desígnios divinos, ciência X espiritualidade.

Mas, antes de continuar, é necessário esclarecer o que entendo por igrejismo. Utilizo este termo para diferenciar de cristianismo, budismo, islamismo e outras religiões. Aqui não há nenhuma crítica à fé privada que cada um pode e, talvez, deva ter. A fé, quando despropositada de objetivos políticos e econômicos, serve de combustível para muitas boas ações e perseverança que salva vidas. Não há nenhum problema na relação entre o indivíduo e suas crenças nos orixás, nos xapiris, nos xamãs, em Jesus, Buda, Maomé, Gandi e outros. Como também não há nenhum problema na “fé” do ateu que é materialista.

Não obstante, essa concepção de crença, defendida por muitos, é inteiramente diferente daquela acudida pelo pai do liberalismo, John Locke (1983). Ao acastelar invariavelmente a propriedade, instituição de fundamental importância em seus argumentos, se colocando extremamente contrário quando a religião, em seu tempo, justifica a tomada de bens daqueles que não professam o mesmo culto: “o poder do magistrado e as propriedades dos cidadãos estão igualmente assegurados se alguém acredita ou não nessas coisas” (Locke, 1983, p. 20). Desta forma, o pai do liberalismo que já pregou a tolerância a todas as religiões, impõe uma condicional, a saber, desde que não preguem contra a propriedade. Porque, se o fizerem, deverão ser reprimidas como qualquer pessoa comum pelo magistrado. Neste caso, a propriedade ganha *status* superior ao “sagrado”. A mesma, como em outros escritos seus, é inviolável sob todos os sentidos.

Existe, ainda, uma questão fundamental no seu pensamento. O intelectual inglês escreve a Carta acerca da Tolerância para quem? Para todos? Respondemos que não, pois verificamos que a tolerância, em última análise, serve apenas para alguns, tendo em vista que ser ateu é intolerável para Locke, como descreve:

Os que negam a existência de Deus não devem ser de modo algum tolerados. As promessas, os pactos e os juramentos, que são vínculos da sociedade humana, para um ateu não podem ter segurança ou santidade,

pois a supressão de Deus, ainda que apenas em pensamento, dissolve tudo. Além disso, uma pessoa que solapa e destrói por seu ateísmo toda a religião não pode, baseado na religião, reivindicar para si mesma o privilégio da tolerância. (LOCKE, 1983, p. 23/24)

Este fragmento dos escritos de Locke deixa nítida não apenas a intolerância àqueles que não acreditam na existência de Deus, mas também que só pela religião se reivindica legitimamente a tolerância, que é colocada como um privilégio.

Nestes termos, Locke advoga a liberdade de consciência religiosa, sustentando a tese segundo a qual o Estado deveria cuidar dos bens civis dos cidadãos, e não defender os interesses de uma religião seja ela qual for. Ademais, segundo ele, os religiosos e as igrejas não devem se envolver com assuntos de Estado. A chave para começar a entender a sua aparente contradição ocorre quando Locke sustenta que o ateu não deve ser tolerado, colocando em xeque seu “liberalismo tolerante”. Contudo, quando avançamos um pouco mais nas análises do pensamento do liberal protestante, percebemos que sua intolerância não se encerra com os ateus, mas se ampliarmos o horizonte da nossa análise, perceberemos que o pai do liberalismo é intolerante contra os negros, indígenas, camponeses e não proprietários assalariados.

Em resumo, Locke defendia a tolerância para todos que acreditassem em Jesus, mas dizia que não se devia tolerar o ateu. Uma tolerância individualista e bem seletiva, típica do liberalismo. Aqui está o problema do uso político da religião. Esse é o grande perigo e, ao mesmo tempo, uma arma poderosa nas mãos de aproveitadores, verdadeiros charlatões, que querem tirar vantagem da fé alheia.

John Dominic Crossan (1994), um dos maiores estudiosos da vida de Jesus, apresenta o cristianismo original, por exemplo, a partir da pesquisa do seu contexto histórico. Nesta obra, Jesus é pintado como revolucionário, baseado nos exemplos que deixou em vida, e se materializou em dois legados: o amor ao próximo e o repartir do pão. Segundo Crossan (1994), através de princípios de igualitarismo econômico e religioso, Jesus encaminhou um programa social através das curas gratuitas realizadas com os camponeses. Quando chamado pelos poderosos,

preferia visitar os mais pobres e oprimidos de uma aldeia. Ao relatar as idas de Jesus às casas dos camponeses para ajudá-los, Crossan (1994, p. 12) afirmou:

A conjunção deliberada de magia e refeição, milagre e mesa, compaixão gratuita e comensalidade aberta era um desafio lançado não só à rigorosa regulamentação de pureza do judaísmo, ou a combinação patriarcal de honra e vergonha, apadrinhamento e clientelismo do Mediterrâneo, mas à eterna tendência da civilização de criar limites, estabelecer hierarquias e alimentar discriminações. Ela não buscava uma revolução política, mas uma revolução social que afetaria as profundezas mais perigosas da imaginação.

Uma de suas descobertas, a partir de pesquisa do seu contexto geográfico e social, foi descrever Jesus como um camponês judeu do mediterrâneo que certamente não tinha a pele branca e olhos claros. Entretanto, foi desta maneira que a Igreja o pintou com vistas a ganhar adeptos na Europa. A história dessa igreja, portanto, começa com uma farsa. Enquanto Jesus preferia os mais pobres e pregava por eles, a igreja legitimava os poderosos, governantes, donos das riquezas e exploradores do povo. Ela chegou a dizer que os governantes da Idade Média e mesmo da modernidade eram representantes de Deus na terra.

O igrejismo é, com efeito, praticado por pessoas e instituições reconhecidas pelo Estado, que negam os legados de Jesus e buscam se apropriar do uso de sua imagem para fins políticos, econômicos e culturais. Os igrejistas podem até fazer algum bem social ao confortar pessoas totalmente desamparadas, mas ao fazer uso político e econômico desses vulneráveis, comete o charlatanismo. Ao mesmo tempo, serve perfeitamente a todos os governantes, pois reconforta as pessoas fazendo se conformarem com os problemas da terra. Assim, estabelecem dois mundos: o divino e o mundano. Também exercem um culto à autoridade que justifica o poder metafísico, mas também terrestre.

Já estamos falando de um uso coletivo de uma determinada religião para fins privados, políticos e econômicos. Para os igrejistas, só existe uma verdade: a sua. Seu saber, baseado em dogmatismo, amplia exponencialmente a possibilidade de guerra ao diferente, ao outro, aquele que não sabe a “verdade” ou a renega. Por isso, o igrejismo historicamente legitimou, apoiou, estimulou, desencadeou a guerra

contra o “outro”. No Brasil, sempre esteve ao lado da casa-grande, defendendo-a. O sectarismo é seu principal enigma.

O apoio religioso, dogmático, fanático constitui-se em outro pilar fundamental dos regimes autoritários. As Igrejas estão pautadas em crenças metafísicas, baseadas em escritos de milhares de anos atrás, que dependem fundamentalmente de interpretação. Assim, é possível até fazer uma leitura de determinados trechos como revolucionários; não obstante, o comum é uma leitura que alimenta o conservadorismo, a discriminação, a hierarquia, a obediência, pois a ampla maioria dos membros do alto escalão das igrejas (governantes religiosos) estão envoltos com a manutenção da ordem e, principalmente, dos valores tradicionais. Essa suposta tradição, criada e/ou reforçada tanto na Idade Média quanto na Época Moderna, está comprometida com uma sociedade racista, patriarcal branca, cis-heteronormativa¹ e desigual, fundada na legitimidade da propriedade privada e na sua conseqüente exploração dos que não a possuem.

As igrejas são instituições altamente hierarquizadas e centralizadas, portanto, desiguais. Negam absolutamente toda forma de organização horizontal. Ao mesmo tempo, são disciplinares, cuja obediência constitui-se como a principal regra. Nesse sentido, a disciplina, a autoridade, a hierarquia e a obediência são seus pilares fundamentais. Nestes termos, nas leituras de padres e pastores² têm predominado o preconceito, a discriminação, o ódio ao diferente, a intolerância e, sobretudo, a negação da ciência. Para solidificar sua perspectiva de poder, com base em uma visão própria de mundo, precisam, necessariamente, negar a razão e apresentar uma interpretação da vida de Cristo com base em meias-verdades e falsas interpretações, que coadunem com seus objetivos políticos. Esse caminho cumpriu um papel fundamental na consolidação de uma perspectiva fascista, sendo tratada como arma de guerra, uma guerra religiosa, que normalmente também é política e

¹ PFEIL, Cello Latini. UMA CRÍTICA À CISONORMATIVIDADE PELAS PERSPECTIVAS DE-COLONIAL E ANARQUISTA. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 123 p. 2023

² A defesa dessas ideias ganhava força com adesão de diferentes padres e pastores, muitos por convicção, outros porque obedeciam ao alto escalão das Igrejas que fizeram pacto com Hitler. Um pacto para garantir a ordem, pregando repulsa ao diferente, portanto, nada cristão na sua essência.

econômica. O Igrejismo também pode ser entendido como governança social religiosa.

A relação direta entre igrejismo e diferentes formas de sectarismo, está diretamente relacionada à ideia de que os fieis das igrejas, de modo geral, são treinados, como soldados, a obedecer, a respeitar a ordem, a idolatrar um messias, a se subordinar diante de seus líderes, pastores, que se apresentam como portadores da verdade, da fé e da vontade de Deus. Assim, se transformam em rebanho de ovelhas fáceis de serem guiados para objetivos políticos de seus chefes (governantes) (DE MORAES, 2018).

Na Europa, durante a Idade Média com o predomínio do saber oficial nas mãos da igreja, a ciência e os cientistas foram combatidos com toda força, inclusive com penitências, forcas e fogueiras. Após a queda do feudalismo, reverberando no declínio dos absolutismos autoritários apoiados pelas igrejas, o movimento iluminista veio combater o poder da Igreja de determinar o que era certo e errado, valorizando a pesquisa científica. A ciência passou a ser valorizada e a fé se recolheu para aspectos privados. Foi o momento da criação do Estado laico e a consequente educação pública sem o domínio de padres e pastores. Todavia, muitos setores igrejistas não engoliram a restrição de sua participação no domínio do saber e na consequente explicação do mundo sem seus valores e preconceitos. Com os movimentos fascistas, o igrejismo voltou à tona por outros caminhos, sobretudo no combate das forças sociais que o atacavam com toda força: marxistas e anarquistas. O fascismo foi o melhor remédio para combatê-los e evitar um desgaste ainda maior do papel de igrejistas na interpretação do mundo. Hitler e Mussolini fizeram acordos com as igrejas para apoio recíproco.

Na Alemanha nazista, Hitler fora católico militante, mas nos panfletos que legitimavam o extermínio dos judeus eram utilizadas as consignas de Martinho Lutero, fundador do protestantismo. Assim, o igrejismo não se opôs aos campos de concentração para gays, comunistas, anarquistas e judeus. Através dessa aliança, o fûrer chegou ao poder legitimado pela maioria cristã que recebia dos padres e pastores a orientação de apoiá-lo.

Além do mais, todas as atrocidades realizadas por Hitler e seus militares eram amparadas nas palavras de Deus. Foi ordenado que em todos os uniformes dos militares alemães estivesse a consigna: “Deus está convosco”. Carregando esse lema, seus militares e paramilitares executaram milhões de pessoas em campos de concentrações, nas ruas e residências. Por incrível que possa parecer, Deus para Hitler estava acima de todos.

Com a queda dos fascismos, o igrejismo perdeu um pouco de vigor. Mas na última década tem ressurgido com força total e assaltado governos no mundo ocidental, como dos EUA, Itália, Hungria, Espanha, Inglaterra, Irã e Brasil. Só para citar alguns. Foram exatamente esses governos que mais desdenharam da pandemia e pagaram um alto custo de vidas, sobretudo de idosos. Desdenharam da pandemia porque participam da neocruzada contra a ciência. É o que chamam de “negacionismo”. Steve Bannon e Olavo de Carvalho foram alguns de seus teóricos, se é que podem receber esses nomes pessoas de tão pouco conhecimento filosófico. Igrejistas fazem parte de sua base de apoio político.

Já nas Américas e na África, o igrejismo foi muito mais devastador. As espiritualidades dos povos originários foram relegadas, desdenhadas, humilhadas, desqualificadas, juntos com os corpos que as professavam. Há mais de 500 anos ocorre o processo de catequização, como salvação para habitantes das nossas terras. Vários princípios guiam essas atitudes: intolerância, desrespeito, falta de alteridade, imposição de autoridade, de hierarquias, punições, penitencias, ordem cristã autoritária, disciplinadora e hierárquica.

No Brasil, a maior parte das igrejas cristãs, repletas de homens de bem, apoiou o golpe militar, em 1964, e a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. Durante a pandemia, alguns pastores entraram na Justiça para manter os cultos.³ Aquele que ocupava a presidência da República sancionou lei colocando-os como serviços

³ Durante a pandemia do Novo Coronavírus, alguns líderes religiosos cumpriram um desserviço para a sociedade, principalmente para seus fiéis, ao se negarem a cancelar cultos e simultaneamente minimizar os efeitos da Covid-19, dizendo que a fé salvaria as pessoas. Esses tipos de declaração faz parte da cruzada igrejistas contra a ciência e constitui-se em grande irresponsabilidade social na medida em que fiéis acreditam naquilo que pastores e padres profetizam, por isso são fiéis.

essenciais que não podiam ser alvos do confinamento social. Também fez pronunciamento oficial defendendo o fim do isolamento social e o retorno ao trabalho e às aulas. Sua base estava na negação dos saberes, das evidências científicas e na crença de que Deus salvaria os brasileiros. Todavia, a fé não move montanhas, não mata vírus, não evita a transmissão de uma virose, nem impede que uma pessoa morra. Cada pessoa pode acreditar no que quiser, o problema é quando isso gera um problema de saúde coletiva, colocando a vida de outras pessoas em risco por conta da irresponsabilidade igrejistista.

Bakunin (2000) faz uma ironia da postura de a Igreja justificar governantes como representantes de Deus na terra ao apoiar quatro dos mais sanguinários na Europa do século XIX: “Enquanto isso para nos consolar, Deus, sempre justo, sempre bom, entrega a terra ao governo dos Napoleão III, Guilherme I, Ferdinando da Áustria e Alexandre de todas as Rússias”.

Bakunin (2000) inverte o aforismo de Voltaire, segundo o qual “se Deus não existisse precisaria ser inventado”, e diz: “Se Deus existisse, seria preciso aboli-lo”. Segundo o anarquista russo, a existência de Deus “implica necessariamente na escravidão de tudo o que se encontra embaixo dele. Assim, se Deus existisse, só haveria para ele um único meio de servir à liberdade humana: seria o de cessar de existir”. Essa proposição tem o sentido de cortar na raiz a crença nas autoridades metafísicas e terrenas que alimentam o discurso de muitos para combater a liberdade e conseqüentemente a ciência, estimulando a ignorância científica, preconceitos e explorações.

Terminamos com as palavras do xamã yanomami Davi Kopenawa (2019, p. 275) sobre o papel do igrejismo nas comunidades indígenas:

“Quando eu era criança os missionários quiseram a todo custo me fazer conhecer *Teosi*. Não esqueço essa época da missão *Toototobi*. Às vezes me lembro de tudo. Então, digo a mim mesmo que *Teosi* talvez exista, como aqueles brancos tanto insistiam. Não sei. Mas, em todo caso, tenho certeza há muito tempo de não querer mais ouvir suas palavras. Os missionários já nos enganaram o suficiente naquele tempo! Cansei de ouvi-los dizer: ‘*Sesusi* vai chegar! Vai descer até vocês! Chegará em breve!’ Mas o tempo passou e eu ainda não vi nada! Então fiquei farto de escutar essas mentiras. Os xamãs por acaso ficam repetindo essas coisas à toa, sem parar? Não: bebem o pó de *yãkoana* e logo fazem

descer a imagem de seus espíritos. E só. Por isso, quando me tornei adulto, decidi fazer dançar os *xapiri* como os antigos faziam no tempo da minha infância. Desde então, só escuto a voz deles. Talvez *Teosi* se vingue de mim e me faça morrer por isso. Pouco importa, não sou branco. Não quero mais saber dele. Ele não é nem um pouco amigo dos habitantes da floresta. Ele não cura nossas crianças. Tampouco defende nossa terra contra os garimpeiros e fazendeiros. Não é ele que nos faz felizes. Suas palavras só conhecem ameaça e medo.”

Foi dessa maneira que igrejas cristãs justificaram os governos de ditadores sanguinários do século XX como alinhados aos desígnios divinos na Terra. Hitler e Mussolini ocuparam o topo da lista. Indubitavelmente, a igreja, cristã e bondosa, constitui-se enquanto um dos pilares fundamentais do colonialismo caracterizado pela escravização, subalternização, humilhação, estupros de corpos de povos não europeus. Foi essa instituição que patrocinou e justificou o patriarcado branco e a cis-heterormatividade, perseguindo membros das comunidades LGBTQIAP+, negros e indígenas. Em síntese, o igrejismo significou a imposição do eurocentrismo pelo mundo e do casa-grandismo no Brasil, pautado na imposição de um saber disciplinado, discriminador, estadolátrico, punitivista, racista garantido pelas casas-grandes e seus capitães-do-mato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, M. Deus e o Estado. São Paulo: Imaginário, 2000.

DE MORAES, Wallace. PRA QUEM SABE LER, UM PINGO É LETRA – reflexões sobre o significado do fascismo. Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pra-quem-sabe-ler-um-pingo-e-letra/>.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HUBERMAN, Leo. A história da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KOPENAWA, Davi; ALBERT; Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo Civil. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Two Treatises of Government – a critical edition with an introduction and apparatus criticus by Peter Laslett. New York, Cambridge University Press, 1965.

LOCKE, John. Carta acerca da tolerância (Os Pensadores). Tradução de Anoar Aiex. 3ª ed.. São Paulo: Abril Cultural, 1983.